



CASA-CE

CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA

CONSELHO PRESIDENCIAL

Mensagem de Ano Novo

Angolanas e Angolanos

Neste momento da quadra festiva, o Conselho Presidencial da CASA-CE, em nome de todos os seus militantes e simpatizantes, deseja a todos os angolanos, festas felizes, na esperança de que 2017 proporcione a mudança tão almejada, para conceder dignidade e melhor condição de vida para todos.

A responsabilidade política e social que a CASA-CE tem, diante de mais de 24 milhões de angolanos, impõem-lhe olhar com realismo, para o que foi o ano que agora termina.

2016 foi um ano muito difícil para a maioria das famílias angolanas. O discurso oficial aponta, como causa fundamental da crise, a baixa do preço do petróleo bruto no mercado internacional. Porém, no entender da CASA-CE a causa principal do sofrimento a que a população está submetida assenta essencialmente na má governação e na corrupção, esta última, expressão da política de acumulação primitiva de capital.

A má gestão financeira regrediu a embrionária classe média, aprofundou a condição de pobreza de milhões de angolanos, reduziu o poder de compra do salário dos trabalhadores, privou os cidadãos de serviços sociais essenciais, já precários, tais como, água potável, energia eléctrica, saúde, educação de qualidade, emprego para a juventude e, por outro lado a falência de muitas empresas de pequena e media dimensão.

Angolanas e Angolanos

O poder legislativo continua ainda a não desempenhar devidamente o seu papel. Lembramos que a Assembleia Nacional viu amputada os seus poderes fiscalizadores, através de um acórdão encomendado pelo MPLA ao Tribunal Constitucional. Mais ainda, não é aceitável que, volvidos mais de 20 anos de sistema multipartidário, não haja a transmissão em directo, através dos órgãos de comunicação social públicos, das sessões plenárias da Assembleia Nacional, por forma a permitirem aos angolanos acompanharem de perto, o desempenho da Assembleia Nacional, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados.

Os direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República, têm sido, infelizmente, pisoteados pelo regime instituído, que fala de paz e promove a instabilidade. Durante o ano de 2016 vários activistas dos direitos humanos e personalidades da sociedade civil foram violentados no exercício dos seus direitos, à manifestação e a liberdade de expressão. Outra franja sofredora é a das zungueiras, que ao procurarem o sustento das suas famílias, no dia-a-dia, têm sido brutalmente agredidas pelas forças policiais, que em alguns casos resultaram em morte.

A actividade política partidária foi marcada por factos violentos de intolerância política, protagonizados pelos militantes do Mpla, que em alguns casos, resultaram em mortes dos adversários políticos. Também foi notória a coerção política movida pelos órgãos partidarizados da administração pública contra os militantes e dirigentes dos partidos políticos da oposição que em muitos casos acabaram em despedimentos.

Angolanas e Angolanos

Nas sociedades modernas em que imperam a democracia e o estado de direito, o poder pertence ao povo que, por via do voto, escolhe quem deve, em seu nome, governar. Lamentável, em Angola, apesar da Constituição consagrar o pluralismo democrático, outras práticas têm sido implementadas para subverter o voto popular. O ano de 2016, por anteceder o da realização das “eleições gerais”, foi particularmente fecundo e ilustrativo dessa mórbida tentação para a manutenção do poder, a qualquer custo. Basta uma rápida vista de olhos para o que se fez, o que se faz e o que se disse a respeito do dossier sobre o processo eleitoral.

Apesar do Tribunal Constitucional não ter dado provimento à acção de inconstitucionalidade, intentada pelos Grupos parlamentares da oposição, sobre a competência dos órgãos da administração central e local do Estado realizarem o registo eleitoral, decisão que acatamos, mesmo não concordando com ela, entende o Conselho Presidencial da CASA-CE, que os processos eleitorais devem ser organizados por órgãos eleitorais independentes, segundo a Constituição e, nunca por órgãos da administração central e local do Estado, salvo o disposto na Constituição relativo a convocação das eleições atribuída ao Presidente da República e o contencioso judicial ao Tribunal Constitucional.

A prática dos actos eleitorais pelos órgãos da administração central e local do Estado alimentam uma série de suspeições, contrariando a propalada vontade do Executivo na pretensão de eleições justas, credíveis e transparentes; alimenta as condições para a instabilidade social, já potenciada pela conjuntura económico-financeira do País.

Angolanas e Angolanos

O ano de 2017 abre fortes esperanças para uma mudança pacífica, ordeira, inclusiva, positiva e segura. Cada angolano deve empreender esforços para que a vontade de uma Angola melhor, onde as oportunidades são conferidas a todos, independentemente da cor política ou ideológica, tenha lugar. Não devemos desperdiçar a soberana oportunidade que temos de modernizarmos juntos o nosso País, em todas as dimensões da vida social e política.

Para que todos os cidadãos nacionais possam orgulhar-se de serem angolanos é imperioso o renascimento de um Estado que confere boas condições de vida através da adopção de políticas públicas que proporciona um sistema de saúde humanizado, preventivo e de proximidade; um sistema de educação de qualidade e abrangente; sistema produtivo que reduza significativamente as importações de bens de consumo coerentes e exequíveis; e um sistema de segurança social virado à protecção dos mais carenciados.

Angolanas e Angolanos

Renovamos os nossos votos de Festas Feliz e próspero Ano Novo.

Tudo por Angola!

Uma Angola para Todos!

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2016

O Conselho Presidencial